CASA MILITAR DA GOVERNADORIA

SUPRIMENTO DE FUNDO NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 67403 PORTARIA: 035

Prazo para Aplicação (em dias): 20
Prazo para Prestação de Contas (em dias): 10
Servidor: AFONSO GEOMÁRCIO ALVES DOS SANTOS
Cargo: CAP QOPM
Matrícula Funcional: 58111121

Recurso(s):
Programa de Trabalho Fonte do Recurso Natureza da Despesa Valor
04122120024170000 0101000000 339030 1,200.00
Ordenador: RAIMUNDO DE OLIVEIRA PANTOJA JUNIOR

SUPRIMENTO DE FUNDO NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 67407 PORTARIA: 036

Prazo para Aplicação (em dias): 20
Prazo para Prestação de Contas (em dias): 10
Servidor: MARCELO MANGAS DA SILVA
Cargo: CAP QOPM
Matrícula Funcional: 57554331

Recurso(s):
Programa de Trabalho Fonte do Recurso Natureza da Despesa Valor
04122120024170000 0101000000 339030 500.00
Ordenador: RAIMUNDO DE OLIVEIRA PANTOJA JUNIOR

SUPRIMENTO DE FUNDO NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 67417 PORTARIA: 037

Prazo para Aplicação (em dias): 20
Prazo para Prestação de Contas (em dias): 10
Servidor: MARCELO CHUVA SIMONETTI
Cargo: MAJ QOPM
Matrícula Funcional: 51095402

Recurso(s):
Programa de Trabalho Fonte do Recurso Natureza da Despesa Valor
04122120024170000 0101000000 339030 500.00
Ordenador: RAIMUNDO DE OLIVEIRA PANTOJA JUNIOR

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

DIÁRIA NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 67423 PORTARIA: 51

Objetivo: representar a PGE no Multirão da Cidadania
Fundamento Legal: 2819/94
Origem: BELÉM/PA - BRASIL
Destino(s):
Castanhal/PA - Brasil<br
Servidor(es):
28290/José Alberto da Silva Colares (Técnico de Procuradoria) / 0.5 diárias (Alimentação) / de 28/01/2010 a 28/01/2010
57214739/Marcos Aurélio da Silva Colares (Motorista) / 0.5 diárias (Alimentação) / de 28/01/2010 a 28/01/2010<br
Ordenador: Ibraim José das Mercês Rocha

PORTARIA NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 67395 PORTARIA Nº 050/10-PGE.G., DE 01 DE FEVEREIRO DE 2010

CONCEDER, 60 (sessenta) dias a licença para tratamento de saúde ao servidor **José Fábio Marques de Melo**, identidade funcional nº 3083136/1, no período de 19.01 a 19.03.2010, de acordo com o Laudo Médico nº 92364A/1 da SEAD.
IBRAIM JOSÉ DAS MERCÊS ROCHA
Procurador Geral do Estado

RESOLUÇÃO NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 67397 RESOLUÇÃO Nº 122 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2010

O Conselho Superior da Procuradoria Geral do Estado do Pará, no uso de suas atribuições previstas no art. 9º, XVII, art. 24 e 26 da Lei Complementar nº 041, de 29 de agosto de 2002, alterada pelas Leis Complementares nº 50, de 19 de maio de 2005, n.º 56, de 29 de junho de 2006 e nº 68, de 13 de março de 2009, resolve APROVAR a RESOLUÇÃO Nº 122/2010, que **dispõe sobre a estruturação e competência das Procuradorias Regionais implantadas no interior do Estado do Pará**.
Belém, 03 de fevereiro de 2010.

Ibraim José das Mercês Rocha
Presidente do Conselho Superior da Procuradoria Geral do Estado do Pará

Vera Lúcia Bechara Pardauil
Corregedora da Procuradoria Geral do Estado do Pará em exercício

Elísio Augusto Velloso Bastos
Conselheiro

José Henrique Mouta Araújo
Conselheiro

Silvana Elza Peixoto Rodrigues
Conselheira

RESOLUÇÃO Nº 122, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2010 Dispõe sobre a estruturação e competência das Procuradorias Regionais implantadas no interior do Estado do Pará.

Art. 1º - São instituídas as procuradorias regionais com sedes em Belém, Castanhal, Marabá e Santarém, cada qual com competência para atuação no território dos seguintes municípios:

§1º - 1ª Regional - Belém: Municípios de Ananindeua, Abaetetuba, Barcarena, Benevides, Marituba, Santa Bárbara do Pará, Cachoeira do Arari, Chaves, Muaná, Oeiras do Pará, Ponta de Pedras, Salvaterra, Santa Cruz do Arari, Soure, Afuá, Anajás, Breves, Curralinho, São Sebastião da Boa Vista, Bagre, Gurupá, Melgaço, Portel e em municípios de outros Estados da Federação.

§2º - 2ª Regional - Castanhal: Municípios de Castanhal, Bujaru, Inhangapi, Santa Isabel do Pará, Santo Antônio do Tauá, Augusto Corrêa, Bonito, Bragança, Capanema, Igarapé-Açu, Nova Timboteua, Peixe-Boi, Primavera, Quatipuru, Santa Maria do Pará, Santarém Novo, São Francisco do Pará, Tracuateua, Baião, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Aurora do Pará, Cachoeira do Piriá, Capitão Poço, Garrafão do Norte, Ipixuna do Pará, Irituia, Mãe do Rio, Nova Esperança do Piriá, Ourém, Santa Luzia do Pará, São Domingos do Capim, São Miguel do Guamá, Viseu, Colares, Curuçá, Magalhães Barata, Maracanã, Marapanim, Salinópolis, São Caetano de Odivelas, São João da Ponta, São João de Pirabas, Terra Alta, Vigia, Acará, Concorórdia do Pará, Moju, Tailândia e Tomé-Açu.

§2º - 2ª Regional - Marabá: Municípios de Marabá, Conceição do Araguaia, Floresta do Araguaia, Santa Maria das Barreiras, Santana do Araguaia, Brejo Grande do Araguaia, Palestina do Pará, São Domingos do Araguaia, São João do Araguaia, Abel Figueiredo, Bom Jesus do Tocantins, Dom Eliseu, Goianésia do Pará, Paragominas, Rondon do Pará, Água Azul do Norte, Canaã dos Carajás, Curionópolis, Eldorado dos Carajás, Parauapebas, Ulianópolis, Pau d'Arco, Piçarra, Redenção, Rio Maria, São Geraldo do Araguaia, Sapucaia, Xinguara, Bannach, Cumarú do Norte, Ourilândia do Norte, São Félix do Xingu, Tucumã, Breu Branco, Itupiranga, Jacundá, Nova Ipixuna, Novo Repartimento e Tucuruí.

§3º - 3ª Regional - Santarém: Municípios de Santarém, Almeirim, Porto de Moz, Faro, Juruti, Óbidos, Oriximiná, Terra Santa, Alenquer, Belterra, Curuçá, Monte Alegre, Placas, Prainha, Altamira, Anapu, Brasil Novo, Medicilândia, Pacajá, Senador José Porfírio, Uruará, Vitória do Xingu, Aveiro, Itaituba, Jacareacanga, Novo Progresso, Rurópolis e Trairão.

Art. 2º - Cada procuradoria regional será composta por procuradores de acordo com a lotação realizada pelo Procurador Geral do Estado, a qual obedecerá critérios objetivos quanto à classificação no concurso, prevalecendo sempre a opção do procurador mais antigo na lista de antiguidade, dando conhecimento do ato ao Conselho Superior para referendo.

Art. 3º - As procuradorias regionais terão competência para atuação em todos os processos judiciais que tramitem nas Comarcas Estaduais, Varas Federais e do Trabalho situadas nos municípios que as compõem, em especial, para a realização de audiências e prática de todos os atos processuais que necessitem de protocolização nos referidos municípios.

Art. 4º - As procuradorias regionais atuarão nos processos cíveis, trabalhistas, fiscais e administrativos e em outros em que forem solicitados a prática de atos processuais emergenciais de competência da PCTA e PROFISCO, à exceção das procuradorias ambiental, fundiária e execução.

Art. 5º - As procuradorias Regionais serão subordinadas administrativamente diretamente ao Excelentíssimo Procurador Geral do Estado e, judicialmente, às Coordenações da PCTA e PROFISCO dependendo da matéria atinente a cada setor.

Art. 6º - A despeito da existência das Procuradorias Regionais, poderá ser permitida a realização de audiências ou atuação em processos em trâmite no interior ou em outro Estado da Federação por Procuradores de quaisquer classes, quando houver acordo prévio entre a Coordenação e o Procurador responsável pelo processo, nos casos em que for recomendável a atuação do titular do feito em todos os seus atos.

Art. 7º - Quando os processos de competência das Procuradorias Regionais necessitarem de avaliação técnico-contábil, o Procurador responsável deverá, previamente, enviar à Procuradoria de Execuções, a documentação necessária para análise pelo setor de cálculos, por fax ou por e-mail funcional, devendo receber laudo técnico e planilha através dos mesmos meios de comunicação.

Parágrafo Único - Os processos ou documentos a que se refere este artigo deverão ser encaminhados antes de esgotado 1/3 (um terço) do total do prazo, sendo da responsabilidade do Procurador titular do feito diligenciar no sentido de obter a avaliação de que trata o caput.

Art.8º Nos casos de afastamento dos procuradores lotados nas Procuradorias Regionais e, se houver necessidade do serviço, o Exmo. PGE poderá remanejar, enquanto durar o afastamento do titular, procurador lotado em outra regional, o qual ficará responsável pelos processos do procurador afastado, sendo sempre observado o art. 7º da Resolução do Conselho Superior nº 112, para efeito de cumprimento dos prazos e distribuição dos processos.

Parágrafo Único - Fica excepcionada da regra do caput a

Procuradoria da 1ªRegional de Belém.

Art. 9º No caso de haver coincidência de compromissos oficiais na mesma regional que suplantem o número de procuradores nela lotados, o exmo. Pge poderá designar procurador de outra regional para o comparecimento e realização dos atos competentes.

Art. 10º - Os procuradores lotados nas Procuradorias Regionais receberão apoio da SEFA localizada no Município sede, nos termos posteriormente definidos pela Administração da Casa.

Art. 11 - Para cada Procuradoria Regional será destinada verba de suprimento de fundos a fim de custear as despesas necessárias para o cumprimento das atividades do Procurador do Estado.

Art. 12 - Os casos omissos serão decididos pelo Conselho Superior da Procuradoria Geral do Estado.

Art. 13 - Enquanto não estiverem sido instaladas efetivamente as procuradorias regionais, os procuradores lotados nas respectivas regionais, terão as suas despesas de deslocamento efetuadas como se estivessem lotados em Belém, de acordo com o Regime Jurídico Único.

Art. 14 - Esta resolução passa a vigorar a partir da data de sua publicação.

Belém, 03 de fevereiro de 2010.

Ibraim José das Mercês Rocha

Presidente do Conselho Superior da Procuradoria Geral do Estado do Pará

Vera Lúcia Bechara Pardauil

Corregedora da Procuradoria Geral do Estado do Pará em exercício

Elísio Augusto Velloso Bastos

Conselheiro

José Henrique Mouta Araújo

Conselheiro

Silvana Elza Peixoto Rodrigues

Conselheira

AÇÃO SOCIAL INTEGRADA DO PALÁCIO DO GOVERNO

PORTARIA 003/2010 - ATS NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 67327

PORTARIA 003/2010 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2010.

ASSUNTO: Gratificação de Tempo de Serviço
O Presidente da Ação Social Integrada do Palácio do Governo - ASIPAG,

no uso das atribuições legais,

RESOLVE :

Alterar para 15% (quinze), de adicional por tempo de serviço do Servidor(a) MANOEL PINHEIRO DA COSTA, matrícula nº 5241430 Assessor a partir de 23.11.2008.

DÊ-SE CIÊNCIA , PUBLIQUE-SE E CUMPRASE.

Pio X Sampaio Leite

Presidente da ASIPAG

PORTARIA 004/2010 ATS NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 67339

PORTARIA 004/2010 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2010.

ASSUNTO: Gratificação de Tempo de Serviço
O Presidente da Ação Social Integrada do Palácio do Governo - ASIPAG,

no uso das atribuições legais,

RESOLVE :

Conceder 5% (cinco), de adicional por tempo de serviço do Servidor(a) Nizia Anaissi Sarmiento Coordenadora de Apoio Atividades Produtivas, matrícula nº 55587325 Assessor a partir de 12.02.2010.

DÊ-SE CIÊNCIA , PUBLIQUE-SE E CUMPRASE.

Pio X Sampaio Leite

Presidente da ASIPAG

DIÁRIA NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 67444 PORTARIA: 005/2010

Objetivo: MUTIRÃO DA CIDADANIA COM DOAÇÃO DE OCULOS DE GRAU NO MUNICÍPIO DE SÃO CAETANO DE ODIVELAS
Fundamento Legal: ART 127 DA LEI 5810 DE 24 DE JANEIRO DE 1994

Origem: BELÉM/PA - BRASIL

Destino(s):
SÃO CAETANO DE ODIVELAS/PA - Brasil<br

Servidor(es):
54185245/RAIMUNDO NONATO DO SOCORRO COELHO (MOTORISTA) / 1.5 diárias (Completa) / de 06/02/2010 a 07/02/2010
57192181/VALDINEY FERREIRA GOMES (CHEFE DA DIVISÃO DE ORÇAMENTO) / 1.5 diárias (Completa) / de 06/02/2010 a 07/02/2010<br

Ordenador: PIO X SAMPAIO LEITE

Diária

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 67447

Portaria: 006/2010
Objetivo: PARTICIPAR DO MUTIRÃO DA CIDADANIA NOS MUNICÍPIOS DE GOIANÉSIA DO PARA E ENTREGA DE CESTAS